

# CONFEDERAÇÃO

**Ténis de Mesa**

Campeão da Europa

**Corfebol organiza**

Europeu na Maia

**Inquérito:**

A palavra a seis presidentes

Número 01

A Confederação do Desporto de Portugal é uma pessoa colectiva de direito privado com natureza associativa que congrega as federações desportivas nacionais.



## CDP chefia missão

aos Jogos da CPLP em Luanda



**1** O que espera do financiamento ao Desporto para o ano de 2015?

**2** As recentes alterações ao Regime Jurídico das Federações Desportivas deram resposta efectiva às dificuldades colocadas anteriormente à actividade da sua Federação?



**ULISSES PEREIRA**

Presidente da Federação Portuguesa de Andebol

**1**

Depois de termos vivido os anos de 2012 e 2013 com naturais dificuldades por força dos cortes praticados, o ano de 2014 transmitiu-nos alguma esperança. Por via disso, o que de facto esperamos, é que em 2015, no que diz respeito ao financiamento às federações desportivas, consolide os sinais que já foram dados em 2014.

**2**

Nós tínhamos um regime jurídico em torno da realidade de uma só modalidade e uma federação, nomeadamente em torno da Federação Portuguesa de Futebol, e havia um conjunto de mudanças que eram necessárias introduzir para que pudéssemos ter um regime jurídico mais amigo de todas as federações desportivas e não apenas de uma. Esse caminho foi iniciado com estas mudanças, é certo que não se foi tão longe quanto desejaríamos, mas também é um facto que o caminho está traçado e está a ser bem percorrido, havendo, ainda assim, que aprofundar essa mudança. As alterações impostas no novo regime jurídico são positivas, mas ainda não são suficientes.



**CARLOS VINAGRE**

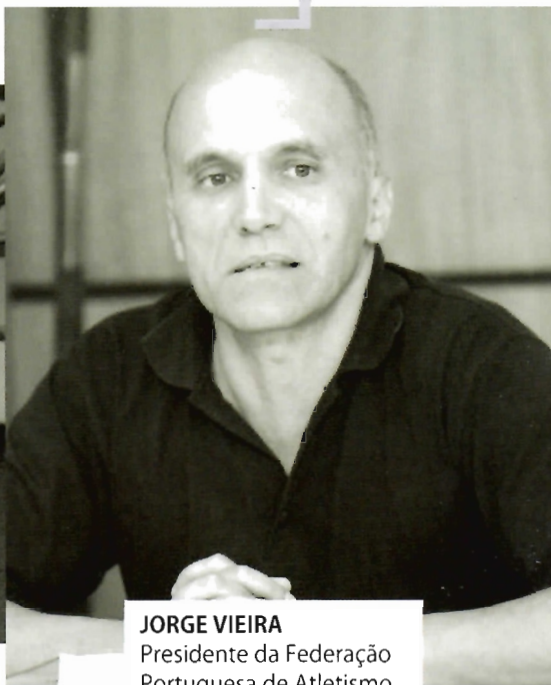
Presidente da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva do Alto Mar

**1**

Como tem vindo a acontecer desde há uns anos a esta parte, os apoios às Federações têm vindo a sofrer algum decréscimo e, como tal, dada a situação económica do país não se augura nada que venha propiciar uma melhoria no desempenho de cada Federação, especialmente das não olímpicas. Cada vez mais estas Federações vivem com dificuldades e os seus órgãos sociais têm que ter uma grande capacidade inventiva para que consigam realizar e levar a cabo os seus objetivos e projetos. Na FPPDAM existem projetos que correm o risco de não prosseguir, especialmente o projeto "Parapesca" (promoção e captação de jovens de ambos os sexos, com pequena deficiência, para a pesca embarcada, desenvolvida junto de instituições de ensino especial) e "Pescola" (promoção e captação de jovens para a pesca embarcada, desenvolvida junto de estabelecimentos de ensino). Ambos já foram iniciados e estão a decorrer mas se existirem reduções nos apoios correm o risco de ser interrompidos. Embora considere que poderão haver algumas reduções tenho a esperança que possa existir algum reforço dos apoios concedidos pelo IPDJ.

**2**

Na generalidade as alterações introduzidas vieram ao encontro de algumas dificuldades que sentíamos havendo no entanto outras alterações que julgaríamos pertinentes.



**JORGE VIEIRA**

Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo

**1**

Obviamente que aquilo que mais espero é que o Governo recupere quanto antes as medidas de financiamento anteriores aos cortes a que fomos sujeitos.

**2**

Não, de maneira nenhuma. Aliás, as questões que colocámos não foram atendidas. Não sei, relativamente às outras federações, quais foram as suas reivindicações, mas no nosso caso as alterações não deram resposta aos problemas, até porque, para nós, a legislação e a regulação do desporto português através da regulamentação não é o problema principal. Entendemos antes que o problema do desporto português tem a ver com organização e financiamento. Naturalmente que temos que estar atentos ao enquadramento legal do desporto, sem dúvida, mas esse tem sido um paradigma ao longo dos últimos anos que não é o principal problema que temos. Em termos de legislação, o desporto português não tem nenhum défice sendo o problema maior para o desporto aquele que resulta das condições do financiamento e da falta desse mesmo financiamento.



**JOÃO PAULO ROCHA**  
Presidente da Federação de Ginástica de Portugal

1

Talvez devesse ser colocada na ordem do dia a pergunta ao contrário. O que é que o Estado espera das federações desportivas com UPD em troca do financiamento dado?

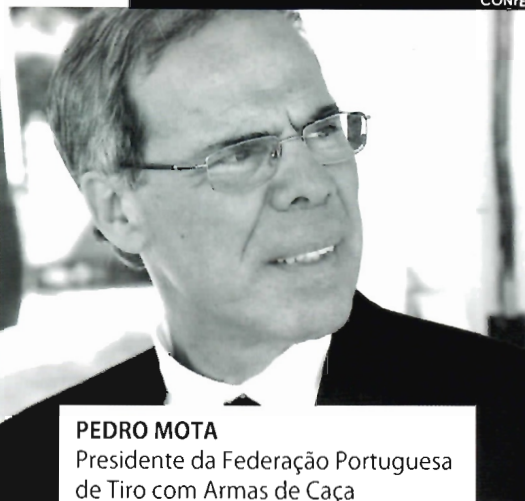
Da parte da Federação de Ginástica de Portugal tem-se sentido uma exigência muito mais condicionada por fatores administrativos do que de verdadeiro desenvolvimento desportivo, sendo urgente rever as formas de relacionamento administrativo entre as federações desportivas e a administração pública.

Assim, se o nível de reflexão e adequação administrativa não se alterar, o que se espera é que, no mínimo, prevaleça o reconhecimento da importância estratégica do Desporto no desenvolvimento pessoal e coletivo, assim como da sua importância económica o que conduzirá, forçosamente a que a Assembleia da República aprove um orçamento mais elevado para o Desporto em 2015.

Se, por outro lado, houver desejo de alterar o estado de coisas atual, julga-se pertinente a criação de espaços de debate, decisão e implementação de novos modelos durante os meses de outubro de novembro de 2014.

2

O regime jurídico aprovado em 2008 significou para a Federação de Ginástica de Portugal não a criação de problemas, mas sim a resolução de problemas antigos. O novo regime jurídico aprovado este ano não destruiu esses benefícios, até porque as alterações são em muito pequena escala. Contudo julga-se ter sido profundamente errado o tempo escolhido para efetuar as alterações que, de resto, só produzirão eficácia na melhor das hipóteses no final de 2016, sendo que as federações terão que, outra vez, gastar energias e dinheiro distraíndo-se do seu foco principal. O desenvolvimento desportivo e o alto rendimento.



**PEDRO MOTA**  
Presidente da Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça

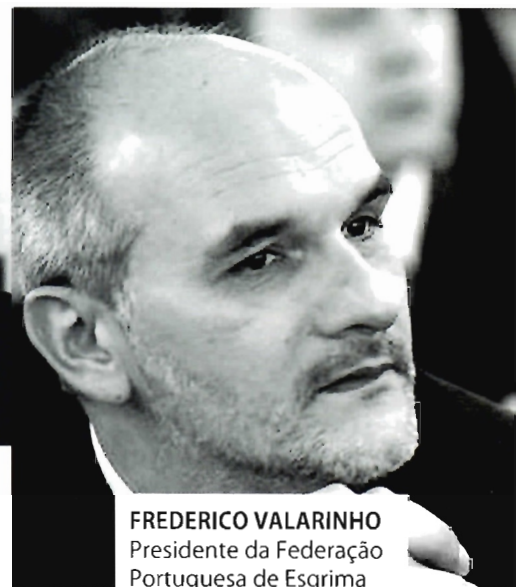
1

Espero que seja melhor e mais eficaz. A FPTAC é uma federação olímpica, tem três disciplinas olímpicas, e o ano de 2015 é um ano fundamental para a obtenção dos resultados que permitam estarmos nos Jogos Olímpicos. Ora, isso vai exigir um esforço muito grande, nomeadamente através da participação em competições internacionais, como "world cups", campeonatos da Europa e campeonatos do Mundo, para ser possível estarmos depois nas olimpíadas de 2016. O ano que vem é assim crucial, e vai obrigar a deslocações, muitas competições, e necessariamente vai obrigar a gastar dinheiro que a federação não tem, e que, se não for ajudada pelo Governo, vai ter muitas dificuldades.

Será que fundamental que o Governo ponder o que quer para os Jogos Olímpicos e se quer apostar ou não. Temos bons atletas, temos apresentado resultados, e temos pessoal capaz de fazer um brilharete, mas temos que ser mais apoiados porque as dotações financeiras que temos tido são insignificantes.

2

Acho que não deram resposta nenhuma. Antes pelo contrário, deram-nos mais trabalho porque temos que rever estatutos, fazer escrituras, e tudo isso são processos que nos levam a gastar o dinheiro que não temos. Deram algumas possibilidades para, por exemplo, os árbitros, em provas internacionais, poderem ser membros dos órgãos sociais das federações, mas isso é uma coisa mínima, até porque, em contrapartida, obrigam-nos a ter licenciados em Direito em maioria nos Conselhos de Justiça e de Disciplina, o que é complicado. Depois, obrigam ainda, para federações como a nossa, amadoras e sem desporto profissional, a despacharem casos de disciplina ou recursos em 45 dias. Num país em que os processos se arrastam durante anos e anos nos tribunais, obrigar-se as federações a dar despacho a coisas em 45 dias é, no mínimo, ridículo.



**FREDERICO VALARINHO**  
Presidente da Federação Portuguesa de Esgrima

1

Nos últimos anos, o financiamento da Federação de Esgrima tem vindo a ser cortado de uma forma violenta, e estamos a procurar fazer as mesmas omeletes com metade dos ovos. A Federação de Esgrima, com uma gestão cuidada, conseguiu, em 2013, sair da falência técnica, teve um resultado positivo do exercício e está de saúde financeiramente, mas não poderá sobreviver se as coisas continuarem como até aqui.

Além disso, seria importante que os contratos-programa pudessem ser estabelecidos a ciclo olímpico. Trabalhar, sem se saber quanto se irá receber no próximo ano ou daqui a dois anos torna mais difícil o alcançar de objetivos. Por outro lado, tão importante como o financiamento directo do Estado para as Federações, seria a resolução da questão do mecenato desportivo.

2

Considero que foram alterações de menor que não tiveram reflexos de monta na nossa Federação. Há, porém, outras questões mais importantes por considerar, nomeadamente o limite de mandatos. Por um lado, nas federações de pequena dimensão, com um universo pequeno de agentes desportivos, é praticamente impossível haver dois candidatos que apresentem listas completas, e isso empobrece a democracia desportiva. Por outro lado, o limite de mandatos pode criar outros problemas. Pessoalmente, quando cheguei à Federação, após o anterior presidente ter apresentado a demissão, avancei porque ninguém quis avançar, e voltei a candidatar-me em 2012 porque ninguém se quis candidatar. Quando atingir o limite de mandatos, e se ninguém surgir, ou se fica com o refúgio dos candidatos ou então ficamos com uma comissão de gestão.